

A PENA E A LANÇA: RELAÇÕES ENTRE REALIDADE E DISCURSO N'O SOLDADO PRÁTICO, DE DIOGO DO COUTO*

Marcus Vinicius de Freitas

Uma das muitas grandes contribuições da *École des Annales* à ciência da história foi o reconhecimento da importância dos não-acontecimentos nos processos históricos. Diferentemente do primeiro plano dos eventos, estes não-acontecimentos compõem um segundo nível de historicidade do qual, no dizer de Paul Veyne, não temos consciência, e que se constitui, entre outros elementos, da história das comarcas, das mentalidades, da loucura ou da busca de segurança através dos séculos.¹ Do ponto de vista metodológico, essa mudança de perspectiva, com ênfase na historicidade dos não acontecimentos, gerou uma necessária ampliação da noção de documento e, como corolário, a também necessária separação entre documento e monumento. Para a historiografia positivista, a função histórica se explicitava no triunfo do texto tomado como documento. A partir de Marc Bloch e Lucien Febvre ficou cada vez mais claro que todo documento é uma escolha do historiador em meio aos monumentos do passado. Deixá-lo cristalizar-se em monumento constitui uma perigosa estratégia do poder, pois toma-se o documento como um elemento natural no quadro da história e não como o que ele realmente é, o produto orientado de uma dada situação.²

Tomar um documento como natural expressão da verdade constitui um engano, pois a verdade histórica está nas intenções do texto, na parcial visão da realidade que o documento tenta impor. Ao contrário, se considerarmos a função retórica de todo documento, qual seja, a de que ele é uma construção sobre a realidade, tem-se então condições de começar a utilizá-lo para apreender as relações históricas.

As crônicas e os relatos de viagens dos europeus nos séculos XVI e XVII, que testemunham seu encontro com diferentes civilizações na Ásia, na África ou na América, são exemplos de textos que, dada a sua circunstância histórica, necessitam de ser vistos sob a perspectiva de um balanço entre a natural descrição das paisagens físicas e sociais e a artificial estrutura retórica que marca seu discurso. Neste trabalho pretendo analisar, sob este ponto de vista do gênero discursivo, o texto *O soldado prático*, da autoria de Diogo do Couto, procurando demonstrar que, se por um lado o texto busca concretamente descrever o *Estado da Índia*, com seus mandos e desmandos, por outro lado o mesmo texto responde a questões puramente estilísticas, dentro de uma história da constituição da crônica enquanto gênero de discurso. O horizonte do texto será então o da problematização do uso das fontes historiográficas, a partir da tomada de consciência sobre os seus elementos retóricos.

Diogo do Couto nasce em Lisboa em 1542, sem herança fidalga. Como para muitos outros de sua geração e extração social, a Ásia apareceu como uma possibilidade de ascensão, e para lá ele se dirigiu pela primeira vez em 1559, como soldado na frota de Pero Vaz de Sequeira. Entre peripécias militares, idas e vindas a Portugal, Couto estabiliza-se em Goa por volta de 1571, como funcionário dos negócios da Índia. Paralelamente, desenvolve sua condição de intelectual, o que o leva, a partir de 1593, à posição de guarda-mor do Tombo de Goa e, conseqüentemente, a ser o continuador da Crônica da Ásia em lugar de João de Barros, que falecera em 1570. Paralelamente às *Décadas*, seu texto *O soldado prático* apareceu em 1588, na versão inicial, e a versão final em 1610.⁴

A múltipla condição de Diogo do Couto, ao mesmo tempo intelectual e homem de ação, cronista e tabelião, marca seu discurso e o torna uma figura exemplar da ambigüidade européia no século XVI, entre os novos mundos dos descobrimentos e o redescobrimento das tradições clássicas.

A cena do texto se dá na casa de um despachador de Portugal, onde se encontram um fidalgo que fora governador da Índia e um soldado velho, que vem requerer sua baixa. O diálogo entre as três personagens possibilita ao autor, especialmente através da figura do soldado, criticar a situação de desmando em que ele via o Estado da Índia. Trata-se portanto de um texto moralizante e não simplesmente de uma descritiva dos assuntos coloniais.

A dupla condição do autor, de homem de ação e intelectual, é a mesma do seu alter-ego, o soldado, e está emblematicamente colocada logo nas primeiras páginas do texto, no seguinte trecho do diálogo entre este último e o despachador:

DESP. - Essa profissão é já mais que de puro soldado, como vós dissestes que éreis; porque vejo que vos ides mostrando filósofo, humanista, e inda teólogo, para o que se requer mais quietação que de soldado, que não pode trazer a espingarda às costas e os livros da outra parte; porque sempre, ou as mais das vezes, uma cousa impede a outra.

SOLD. - Nunca a pena embotou a lança. Soldado e capitão era César; e, conquistando a Gália, de dia pelejava e de noite escrevia nos seus *Comentários*. Alexandre, conquistando o mundo, sempre comunicava com filósofos e trazia a *Ilíada* de Homero à cabeceira. Epaminondas lacedemónio trazia no exército sempre a sua livraria, e não se determinava de qual tinha mais, se de esforçado, se de sabedor; e trezentos outros capitães, a quem as armas não escusaram o engenho. E não digo isso porque haja em mim o que Vossa Mercê diz; porque somente o amor das letras me ficou daquela primeira idade, em que gastei alguns anos nas artes liberais, de que só me ficou a inclinação dos livros, com que comunico as horas que me restam, porque natural é ao homem desejar de saber, como afirma Aristóteles no primeiro da *Metafísica*. (p. 20).

O comentário do despachador situa-se após uma primeira série de ima-

gens retiradas da historiografia clássica e mesmo da história sagrada, utilizadas pelo soldado como elementos argumentativos em seu discurso sobre a Índia. Trata-se de um procedimento exaustivamente utilizado no texto e que pode ser visto no próprio trecho acima citado. Além de demarcar a dupla condição da personagem, a passagem é exemplar das diversas direções que toma o seu discurso. Não se trata apenas de retomar, na figura de César, a história política, mas de retomar a história do texto de César. Ou seja, o imperador importa aqui não apenas pelas suas estratégias político-militares, mas pela sua condição de escritor destas mesmas estratégias, sua condição de filósofo-político; as armas e o engenho vêm no mesmo passo (não por acaso são as mesmas palavras definidoras d' *Os Lusíadas* de Camões, como veremos a seguir); a filosofia aristotélica e o poema de Homero são o contraponto de Alexandre. Em uma leitura superficial poderíamos ver a passagem apenas como uma demonstração de erudição por parte do autor. Entretanto, dada a recorrência do procedimento, podemos ler o trecho como uma digressão metanarrativa que responde a questões textuais relativas ao momento histórico em que o texto foi escrito.

Duas questões básicas definem a problemática cultural européia no século XVI. Por um lado, temos a retomada das fontes clássicas, a partir de um mecanismo imitativo das formas e procedimentos narrativos antigos. O exemplo mais óbvio é a estrutura das *Décadas* de João de Barros e do próprio Diogo do Couto, que buscam seu modelo em Tucídides e em Tito Lívio. Dentre esses componentes estruturais dos textos clássicos recorrentes nos textos dos cronistas, sobressai-se a noção de testemunho, contribuição fundamental da historiografia clássica ao fazer historiográfico. Como aponta Jacques Le Goff, o período entre os séculos V e I a.c. “inventa o discurso histórico, o conceito de testemunho, a lógica da história e funda a história na verdade.”⁴ Arnaldo Momigliano, por sua vez, demonstra que os historiadores antigos trataram sobretudo dos acontecimentos contemporâneos ou do passado recente.⁵ Heródoto, Tucídides ou Tácito, todos priorizaram os testemunhos vividos, o que vemos não ser o mesmo o caso dos cronistas quinhentistas, que recorrem ao testemunho contemporâneo, seu e alheio, da mesma forma que à

auctoritas dos clássicos.

Por outro lado, temos o encontro com diferentes civilizações, o que traz à cena a questão da alteridade e a necessidade de traduzir esta diferença em termos compreensíveis ao leitor europeu, como demonstra Donald Lach:

*The chronicler who had to deal with overseas activities was forced by his reader's lack of background to provide a fuller than normal narrative with many more explanations of settings and lengthier indentifications of places, peoples and things. As a consequence far more space is taken and far more explanations appears when the the author is dealing with extra-European matters than when he is relating events which took place at home or in the rest of Europe.*⁶

Esta exigência vai levar o cronista ao desenvolvimento de uma narrativa baseada em comparações, que se dão tanto no plano da realidade quanto no nível discursivo, momento este em que o recurso à *auctoritas* se faz presente.

Desta forma vemos que, tanto pelo lado do problemático encontro civilizacional quanto pelo da retomada das fontes clássicas, o texto dos cronistas está impossibilitado de constituir-se como uma tradução imitativa do real, falando antes daquele que descreve do que daquilo que é descrito. Nas palavras de Luís Filipe Barreto, os relatos do século XVI são antes uma “Dialética antropológica em que o poroso território do Outro e do Mesmo se abraçam num discurso de efeito e espelho em que o mundo social berço marca profundamente a imagem do mundo social desconhecido.”⁷

Há pelo menos quatro importantes elementos retóricos que devemos seguir, como forma de caracterizar o texto d’*O soldado prático* sob o ponto de vista discursivo: a) a retórica da verossimilhança; b) a função do testemunho e o papel social da memória; c) a história como *exempla* e o recurso à *auctoritas*; d) a crítica ao Estado da Índia como visão do “desconcerto do mundo”.

A retórica da verossimilhança

A busca de um estatuto de verdade para o texto é um dos elementos mais comuns da arquitetura textual de Diogo do Couto, como de resto será da maioria dos cronistas. A todo momento insiste o narrador em que está a falar a verdade. Esta insistência responde a pelo menos três ordens de elementos de verossimilhança: éticos, estéticos e sócio-teológicos.

Tomemos um primeiro trecho. Contrapondo-se ao fidalgo governador, no que diz respeito à condução dos negócios da Índia, diz o soldado:

Diga ele o que fez governando; eu hei de falar a verdade; e Vossa Mercê me mande por isso matar que sou de sessenta anos e já não perco nada (p. 111).

O argumento aqui é ético: não importa o que aconteça, mesmo que seja a perda da vida, o que move o soldado é a exigência da verdade. A referência à idade ao mesmo tempo em que o coloca acima das injunções humanas também referenda a sua condição de possuidor do saber da experiência. O argumento ético ganha uma força social, religiosa mesmo, quando justapõe-se à idéia de que a verdade constitui um atributo dos simples, dos pobres de espírito:

Pela boca dos pequenos descobre Deus muitas vezes grandes segredos, que encobriu aos grandes e sabedores. Aí não há mais alta filosofia que a verdade. Esta, dita pela boca de um tão pequeno como eu, faz os mesmos efeitos que houvera de fazer sendo pronunciada pela dos sabedores da terra; e neste negócio não me fundo mais que na verdade; que ela é a que dá fala aos mudos e ensina os ignorantes. (p. 68).

A força do argumento combina o Sermão da Montanha, no que ele pode possuir de social e religioso, com uma dimensão quase metafísica, pois a verdade por si mesma supera qualquer especulação filosófica, e constrói o narrador como um escolhido de Deus em seu processo de revelação. A função pedagógica e moralizante do texto fica também patente: ele é quem dá fala

aos mudos e ensina os ignorantes. A humildade do narrador revela-se aqui como puro artifício de convencimento. O que há aí é quase arrogância. Em uma outra passagem, o soldado diz que o que há em seu discurso são apenas coisas toscas mas verdadeiras, registros de um soldado idiota, que não sabe mais que falar verdades chãs, ao que responde o despachador:

Desp. - Essas são as verdadeiras verdades; que as outras, ornamentadas de retóricas, muitas vezes por afermosentar as palavras virá uma pessoa embicar nelas.

Sold. - As verdades faladas por interesses já o não são, e eu pelas falar não quero nenhum galardão, porque o maior da vida é dizê-las. (p. 42-43).

O argumento estético é paradoxalmente a recusa da estilística. Aqui estamos no centro mesmo da retórica, que se constrói exatamente pela sua aparente recusa. As palavras parecem retiradas de Pero Vaz de Caminha, que se propõe a escrever baseado somente no seu próprio testemunho e juízo, “para afremosentar nem afeiar.”⁹ O argumento se complementa com a idéia de que falar a verdade não constitui um valor, por não ser uma escolha, mas antes de tudo uma natureza. A naturalização da verdade é o primeiro dos procedimentos retóricos das crônicas, que pode já ser visto em Fernão Lopes, o primeiro dos cronistas.

O testemunho e a memória

A primeira intervenção do fidalgo no texto faz-se para convocar o soldado à conversação, e serve, do ponto de vista narrativo, para constituir a cena em que desenrolar-se-á todo o diálogo. São as seguintes as suas palavras:

Mas, já que viestes a este tempo, sentai-vos sereis testemunha das cousas que da Índia tratávamos, da qual vós, polos muitos anos que dela tendes, conhecimento dos homens e do tempo, bem sei que podereis dar muito boa razão de tudo...(p. 4).

Existem aí dois elementos importantes. Primeiramente, o soldado é apresentado como testemunha dos fatos e em segundo lugar, como consequência, a sua fala, que constitui o texto que se vai ler, possui ela mesma essa função testemunhal. Cabe aqui lembrar que Diogo do Couto, enquanto tabelião, é aquele que confere verdade aos fatos, certifica-os a partir de sua condição de guarda-mor do Tombo. Como Fernão Lopes, Couto é aquele que certifica a história “...com sua autoridade de magistrado da verdade.”⁹ A escrita da história é também a escritura do tabelião. O soldado, em certa altura, propõe que El-Rei deveria ajuntar na Índia em uma torre de tomo, todos os documentos e todas as cousas

...que podem servir pera se os cronistas se aproveitarem peras suas escrituras, pera de todo se não apagar e extinguir o nome português, tão celebrado e famoso por todo o Universo (...) porque nesta torre houveram seu feitos de ficar perpetuamente em memória. (p. 93).

A perpetuação da memória e a sua transformação em história, pela mão do cronista, são a garantia de um estatuto civilizacional. A memória é o testemunho do passado que garante o futuro. Percebemos mais uma vez que a narrativa não está a falar apenas do Estado da Índia, mas sobretudo de questões sócio-culturais da civilização portuguesa. Não se trata de minimizar a importância do texto como fonte historiográfica, e sim de chamar a atenção para o fato de que não há transparência entre aquilo que é narrado e o processo mesmo da narração. Ao contrário, o que vemos é uma complexa rede discursiva onde a compreensão do objeto da narrativa depende da linguagem que narra e da posição de quem narra.

Exempla e Auctoritas

Para Diogo do Couto a história só pode ser entendida como história-exemplar. Não somente porque o processo narrativo básico é o do exemplo e

o do recurso à autoridade dos antigos, mas também porque o próprio texto é compreendido como legado, como experiência exemplar para as futuras gerações. As passagens relativas à função exemplar vão desde a comparação da Índia com o Império Romano até a comparação do Letes com o Cabo da Boa Esperança. As fontes inumeráveis são ao mesmo tempo historiadores, filósofos, poetas e pregadores. Basta-nos ver uma que seja.

Basta que este é o mor sinal que eu tenho da Índia não prevalescer: venderem os governadores os cargos da justiça a quem há-de vender tão claramente; porque nunca o Império Romão começou a declinar, senão depois que o imperador Cómodo Antonino XIX, que sucedeu a Marco Aurélio, cento e oitenta anos depois da vinda de Cristo, começou a vender os magistrados e officios públicos por dinheiro, que foi o primeiro que ensinou este caminho pera se os reinos perderem. (p. 58).

O mais interessante na construção é que a estrutura comparativa diluiu-se e a descrição dos eventos do Império Romano é dada diretamente como explicação dos eventos na Índia. A oração iniciada com o porque funciona como uma explicativa do período anterior, mais do que como um simples símile. A contiguidade gramatical espelha a desejada contiguidade funcional entre um império e outro.

O desconcerto do mundo

Em dada passagem do texto, reitera o soldado que é preciso que todas as verdades sejam ditas, pois que "... de se elas não falarem, está o mundo no estado em que está." (p. 111). Este estado do mundo é o do avesso, de pernas para o ar. O primeiro modo de se ler a crítica do narrador é o de colocá-las no contexto social em que as vê Charles Boxer, como parte de um sentimento de auto-depreciação da sociedade portuguesa, emblematizado na expressão de Antônio Vieira que, em um momento de exasperação nomeia seus compatriotas como "os Cafres da Europa".¹⁰ De fato, há muitas passagens dessa ordem em Diogo do Couto. Tomemos um exemplo:

Mas é essa nossa nação tão coitada, ou tanto pera pouco, que trabalhamos por nos aniquilarmos uns aos outros; sendo tão diferente nas mais, que sempre folgaram de engrandecer seus naturais (...) Só nesta nossa não; e deve de nacer de haver isto em poucos, conforme aquele verso do nosso grande poeta Luís de Camões nas suas *Lusíadas*, que diz que *quem não sabe a arte não a estima*. Quem usa das virtudes sabe-as estimar; e porque entre nós faltam, falecem os favorecedores dela (p. 132).

Entretanto, a partir da referência a Camões (que não nos esqueçamos era amigo de Couto), podemos ampliar o sentido da crítica à Índia desconcertada e incluí-la no contexto maneirista do desconcerto do mundo. O Velho do Restelo fala pela boca de todos os cronistas e pensadores que reclamam da nação desconcertada. Lembremo-nos das redondilhas camonianas:

Ao desconcerto do mundo

Os bons vi sempre passar
No mundo graves tormentos;
E pera mais me espantar,
Os maus vi sempre nadar
Em mar de contentamentos.
Cuidando alcançar assim
O bem tão mal ordenado,
Fui mau, mas fui castigado.
Assim que, só pera mim
Anda o mundo concertado.¹¹

À luz da crônica de Diogo do Couto, o poema camoniano ganha uma dimensão social que complementa a indagação metafísica sobre o Destino. Mas o contrário também é absolutamente válido: sob a luz do poema camoniano, o texto do cronista revela sua faceta estilística. Ou seja, aquilo que a princípio parece um discurso diretamente ligado à realidade, nos aparece mediado por um elemento formal da história da literatura. O importante é notar que o texto

de Diogo do Couto está respondendo às duas dimensões aos mesmo tempo. As armas e o engenho compõem dialeticamente um mesmo campo.

Muitos outros aspectos poderiam ser considerados na análise retórica d'*O soldado prático*, e muitos seriam os outros exemplos a considerar nessa análise. Espero entretanto ter podido dar uma idéia das possibilidades de uma análise discursiva das fontes historiográficas, e ter chamado a atenção para a necessidade desta compreensão do estatuto dos textos, o que só pode ampliar a nossa capacidade de visão e expressão das realidades históricas e sociais.

RESUMO

Este texto visa a uma análise dos elementos discursivos no diálogo do *Soldado Prático*, da autoria de Diogo do Couto, com vistas a aprofundar as relações entre história e ficção presentes no diálogo. Serão enfocados prioritariamente os seguintes elementos: a) a retórica da verossimilhança; b) a função do testemunho e o papel social da memória; c) a história como *exemplae* e o recurso à *auctoritas*; d) a crítica ao Estado da Índia como visão do "desconcerto do mundo".

ABSTRACT

*This work aims at analysing the discursive strategies used by Diogo do Couto in the *Diálogo do Soldado Prático*, in order to discuss the relationship between fictional and historical elements presented by chronicles as a narrative genre. The following issues will be on focus: a) rhetorical strategies; b) the textual function of the witness; c) the appeal to *auctoritas* in the writing of history; d) *The Estado da India* as an example of a world upside down.*

NOTAS

- * Este texto foi originalmente apresentado como trabalho final da disciplina *Portuguese Navigations*, ministrada pelo Prof. Doutor Diogo Ramada Curto, no Programa de Doutoramento do Departamento de Portuguese and Brazilian Studies da Brown University, Providence - EUA, no Outono de 1996.

- ¹ VEYNE, Paul. *Cómo se escribe La historia*. Versión española de Joaquina Aguilar. Madrid: Alianza, 1984, p. 24. Para uma visão detalhada das contribuições da Nova História, conferir entre outros: DOSSE, François. *A história em migalhas - dos Annales à Nova História*. Trad. Dulce Silva Ramos. São Paulo: Ensaio, 1994; BURKE, Peter (org.). *A escrita da história*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Unesp, 1992.
- ² Sobre a distinção entre documento e monumento, cf. LE GOFF, Jacques. História, In: *Enciclopédia Einaudi*, vol. 1: Memória-História. Lisboa: INCM, 1984.
- ³ Para uma visão detalhada da vida do autor, cf. LAPA, M. Rodrigues, “Prefácio” a COUTO, Diogo do. *O soldado prático*. 2a ed., Lisboa: Sá da Costa, 1954. Todas as referências ao cronista serão retiradas desta edição com indicação das páginas entre parênteses.
- ⁴ LE GOFF, op. cit., p. 222.
- ⁵ Cf. MOMIGLIANO, Arnaldo. *Os Limites da Helenização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.
- ⁶ LACH, Donald. *Asia in the making of Europe*. The University of Chicago Press, 1994, vol II, book 2, p. 141.
- ⁷ BARRETO, Luís Filipe. *Descobrimientos e Renascimento*. Lisboa: INCM, 1983, p. 171.
- ⁸ CAMINHA, Pero Vaz de. *Carta a El Rey Dom Manuel*. Rio de Janeiro: Record, 1981, p. 9.
- ⁹ SARAIVA, António José. *O Crepúsculo da Idade Média em Portugal*. Lisboa: Gradiva, 1988, p. 175.
- ¹⁰ Cf. BOXER, Charles. *The Portuguese Seaborn Empire*. London: Weidenfeld and Nicholson, 1969, p. 340.
- ¹¹ CAMÕES, Luís de. *Obras completas*. Lisboa: Sá da Costa, 1947, p. 135.

BIBLIOGRAFIA

- BARRETO, Luís Filipe. *Descobrimientos e Renascimento*. Lisboa: INCM, 1983.
- BOXER, Charles. *The Portuguese Seaborn Empire*. London: Weidenfeld and Nicholson, 1969.

- BURKE, Peter (org.). *A escrita da história*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Unesp, 1992.
- CAMINHA, Pero Vaz de. *Carta a El Rey Dom Manuel*. Rio de Janeiro: Record, 1981.
- CAMÕES, Luís de. *Obras completas*. Lisboa: Sá da Costa, 1947.
- COUTO, Diogo do. *O soldado prático*. 2a ed., Lisboa: Sá da Costa, 1954.
- DOSSE, François. *A história em migalhas - dos Annales à Nova História*. Trad. Dulce Silva Ramos. São Paulo: Ensaio, 1994.
- LACH, Donald. *Asia in the making of Europe*. The University of Chicago Press, 1994.
- LE GOFF, Jacques. História, In: *Enciclopédia Einaudi*, vol. 1: Memória-História. Lisboa: INCM, 1984.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. *Os Limites da Helenização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.
- SARAIVA, António José. *O Crepúsculo da Idade Média em Portugal*. Lisboa: Gradiva, 1988.
- VEYNE, Paul. *Cómo se escribe La historia*. Versión española de Joaquina Aguilar. Madrid: Alianza, 1984.